



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

**REQUERIMENTO Nº DE - CCJ**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5461/2019, que “transfere ao domínio dos Estados e Distrito Federal as terras pertencentes à União”.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- a Senhora Carolina Stuchi, Secretária do Patrimônio da União;
- a Senhora Thais Brito de Oliveira, Diretora de Caracterização e Incorporação de Imóveis da Secretaria do Patrimônio da União;
- representante da Advocacia-Geral da União;
- o Senhor Moisés Savian, Secretário Nacional de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
- o Senhor César Fernando Schiavon Aldrighi, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra;
- o Senhor Eloy Terena, Secretário Executivo Ministério dos Povos Indígenas;
- o Senhor André Lima, Secretário Extraordinário de Controle de Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial.



## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 5461, de 2019, trata de questão de elevado impacto para a estrutura federativa brasileira, com reflexos significativos sobre a gestão territorial, fundiária, ambiental e econômica do país. A transferência massiva de terras da União para os Estados e o Distrito Federal constitui alteração substancial no pacto federativo estabelecido pela Constituição Federal de 1988, demandando análise criteriosa e participação plural da sociedade. Assim, a magnitude e complexidade da matéria justificam, por si só, a necessidade de amplo debate público antes de qualquer deliberação legislativa.

A proposição suscita questões técnicas complexas que requerem manifestação de especialistas, órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. Entre os aspectos fundiários, destaca-se a necessidade de dimensionamento preciso das áreas envolvidas, esclarecimentos sobre a situação dominial atual, análise dos processos de regularização em andamento e identificação de possíveis conflitos decorrentes da transferência. Os impactos ambientais também merecem avaliação detalhada, especialmente quanto aos efeitos sobre unidades de conservação federais, terras indígenas, áreas de preservação permanente e a implementação de políticas nacionais de meio ambiente.

Do ponto de vista constitucional, é fundamental analisar a compatibilidade da proposta com o pacto federativo e com as competências constitucionais da União na gestão territorial. As consequências econômicas são igualmente relevantes, abrangendo impactos fiscais, capacidade de gestão dos Estados, custos de transição administrativa e efeitos sobre políticas públicas federais em andamento. Não menos importantes são os aspectos sociais, considerando as repercussões sobre comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares e demais populações que dependem das terras públicas para sua subsistência e modo de vida.

O projeto menciona como precedente a Lei nº 10.304, de 2001, que tratou especificamente do Estado de Roraima. A audiência pública permitirá avaliar



se aquela experiência específica, desenvolvida em contexto particular, deve ser generalizada para todo o território nacional, considerando as particularidades de cada Estado e as diferentes realidades regionais, econômicas, ambientais e sociais existentes no país.

A matéria afeta diretamente todos os Estados da Federação e o Distrito Federal, além de impactar milhões de brasileiros que vivem em áreas públicas ou dependem de políticas implementadas em terras da União. A realização de audiência pública assegura o princípio democrático da participação popular no processo legislativo, conforme preconiza o artigo 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, permitindo que diversos setores da sociedade possam manifestar suas posições, preocupações e contribuições para o aprimoramento da proposta legislativa.

Dessa forma, diante da magnitude, complexidade e impactos potenciais do Projeto de Lei nº 5461, de 2019, a realização de audiência pública se apresenta como medida indispensável para subsidiar a análise parlamentar, assegurar a participação democrática e garantir que a decisão legislativa seja tomada com base em informações técnicas consistentes e amplo debate com a sociedade. Por essa razão, solicito aos Pares apoio na aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2025.

**Senador Rogério Carvalho**  
(PT - SE)

